*DE PIRAMBOLA À TV TUPI: FATOS E
PERSONAGENS NA TRAJETÓRIA DO FOLCLORISTA
ALCEU MAYNARD DE ARAÚJO.*

Antonio de ANDRADE

Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, SP.

RESUMO

A presente comunicação trata da carreira do antropólogo, etnólogo e folclorista paulista Alceu Maynard Araújo (1913-1974), sua trajetória profissional e intelectual, as principais referências e o legado de sua produção audiovisual sobre o folclore brasileiro. Alceu Maynard produziu mais de uma centena de documentários cinematográficos nos anos de 1940 e 1950. Esses materiais foram exibidos, com regularidade, por mais de uma década, nas emissoras de televisão Tupi e Cultura da cidade de São Paulo. A influência de nomes relevantes da intelectualidade paulista e de instituições de ensino superior é abordada no sentido de contextualizar os caminhos que conduziram à formação profissional do personagem analisado.

Palavras-chave: Folclore; TV Tupi; Mário de Andrade; Donald Pierson; Escola Livre de Sociologia e Política.

TEXTO

Alceu Maynard de Araújo nasceu no município de Piracicaba, em 21 de dezembro de 1913. Passou a maior parte da infância e da adolescência na vizinha Botucatu, local onde a família fixou residência logo após seu nascimento. Lá, completou os estudos e formou-se professor em 1930. Durante o curso exerceu o cargo de redator da *Revista do Grêmio 16 de Maio*, trabalhou na redação do jornal *O Momento de Botucatu* e publicou seu primeiro livro, *Chuvisco de Prata*, aos dezoito anos.

* Trabalho Apresentado no GT Folkcomunicação, do PENSACOM BRASIL, 2016.

** Mestre em Comunicação Social. Membro do Comitê Executivo da Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. Professor no Curso de Rádio, Televisão e Internet da Universidade Metodista de São Paulo.

Em 1931 atuou como professor primário em Piramboia (atual distrito de Anhembi), onde despertou o interesse pelas peculiaridades da cultura caipira, fortemente enraizada nos hábitos, nos costumes e nas tradições do vilarejo. Passou a documentar as tradições populares e a utilizá-las para exercícios na sala de aula. Com o auxílio dos alunos recolheu relatos de moradores sobre padrões herdados das antigas gerações e que permaneciam imunes aos impactos da urbanização e da modernidade, cujos efeitos já eram notórios nas comunidades vizinhas.

Durante a Revolução Constitucionalista de 1932 prestou serviço militar na capital paulista, cidade na qual tomou contato com o diversificado e complexo estilo urbano de viver. Em 1965, quando de sua posse na Academia Paulista de Letras, proferiu discurso¹ rememorando sua chegada a São Paulo:

Eis que no dia 12 de julho de 1932, desembarcando na estação da Sorocabana, rumamos para o Quartel do Primeiro BCP, instalado no Grupo Escolar “Frontino Guimarães”, que existia no início da Rua Sebastião Pereira com o Largo do Arouche. Nessa época, conhecemos aqui perto, ali na Rua Santa Isabel, a Casa do Soldado, da Associação Cristã de Moços (ACM), onde fomos muito bem tratados e impressionou-nos favoravelmente o ambiente reinante naquela instituição. Após a Revolução Constitucionalista, de novo em Botucatu, dissemos aos saudosos pais: “Vou mudar para São Paulo, lá que é lugar de moço”. Foi justamente na Associação Cristã de Moços que fomos parar, onde arranjamos o nosso primeiro emprego nesta Capital. Morávamos em uma pensão a dois passos do Largo do Arouche.

Contratado pela Associação Cristã de Moços (ACM) atuou na unidade que cuidava dos trabalhos educativos junto a menores carentes. Ao mesmo tempo lecionou Geografia Econômica no Curso Comercial, oferecido pela mesma instituição. Posteriormente, no período entre 1934 e 1936, assumiu o cargo de diretor da Divisão de Menores da ACM. Adepto da prática esportiva, como ferramenta pedagógica complementar ao sistema de ensino formal, prestou vestibular para cursar a recém-criada Escola de Educação Física da USP, completando a graduação em 1937.

Em decorrência de suas atividades na ACM e na USP, tomou conhecimento das inovações pedagógicas praticadas nos Parques Infantis, a partir do momento em que Mário de Andrade (1893-1945) passou a responder pelo cargo de Diretor do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura

¹ Disponível em: <http://p.download.uol.com.br/alceumaynardAraújo/discurso/discurso.pdf>, acesso em novembro de 2016

Municipal de São Paulo. Em 1937, durante uma entrevista com Mário de Andrade, o jornalista Nicanor Miranda mencionou o trabalho inovador que se vinha realizando na ACM, cujos resultados se faziam notar em elogiosos relatos da imprensa. Logo a seguir, Alceu foi contratado para coordenar o Curso de Preparação de Instrutores dos Parques Infantis do Departamento Cultural, função que exerceria no período entre 1937 e 1946.

CONTEXTO

Ao longo da década de 1930 o cenário político e econômico mundial foram impactados pela crise do sistema financeiro norte-americano, evento que, no Brasil, resultaria em diversas tentativas de golpe, em uma revolução armada, em duas Constituições e na implantação da brutal ditadura varguista do Estado Novo, a qual perduraria até 1945, ano do fim da Segunda Guerra. Paradoxalmente, nesse mesmo período, ocorreria significativas evolução e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, conforme assinalou Sergio Miceli:

Tanto nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, como em alguns outros estados brasileiros (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco), todos os empreendimentos pertinentes ao desenvolvimento das Ciências Sociais vinham atender aos reclamos e diagnósticos formulados pelas frações cultivadas e pelos principais grupos de interesse em operação na indústria editorial, nos sistemas de ensino secundário e superior, na chamada grande imprensa (diários, revistas ilustradas e de cultura), nos executivos reformistas dos governos e partidos políticos, nas organizações religiosas. (MICELI, 1989, p.73)

Derrotados, militarmente, no episódio revolucionário de 1932, políticos e empresários paulistas buscaram alternativas para barrar o autoritarismo centralizador, estatizante e populista de Getúlio Vargas. Fruto da junção entre o movimento artístico e cultural e a parcela mais liberal do empresariado paulista, surgiram, em São Paulo, três iniciativas de grande impacto no segmento da educação e da cultura, com reflexos que renovariam o processo educacional e cultural de todo o país: a Escola Livre de Sociologia e Política-ELSP (1933); a Universidade de São Paulo-USP (1934) e o Departamento de Cultura e de Recreação do Município de São Paulo (1935). Neste, atuaram, profissionalmente, diversos remanescentes da Semana de Arte Moderna de 1922.

No que diz respeito aos “modernistas”, a preocupação original dos participantes da Semana, direcionada num primeiro momento à renovação da expressão artística e literária brasileira, migrara, uma década depois, a um firme engajamento nas ações voltadas à transformação da sociedade brasileira. Para tanto, basearam-se em critérios extraídos da cultura nacional, em

conjunto com propostas de renovação do sistema de ensino e de formação de quadros comprometidos com a modernização da sociedade, conforme sintetizou Sérgio Milliet:

Liga-se, intimamente, a uma pressão da inutilidade das guerras civis que levou os paulistas a procurarem, noutro campo, a solução de seus problemas: o campo da educação e do ensino (...). Todo problema da época moderna é um problema educacional. De São Paulo, não sairão mais guerras civis anárquicas; sairá isso sim, uma revolução intelectual e científica, suscetível de mudar as concepções econômicas e sociais dos brasileiros; de fazer do nosso país uma grande potência em ação. (OLIVEIRA, 1987, p.42)

A ELSP surgiu da iniciativa de uma confraria de intelectuais e de empresários paulistas, liderados por Roberto Simonsen (1889-1948), com o objetivo de constituir, através da aplicação de teorias e métodos das Ciências Sociais, uma geração intelectualmente capacitada para interferir na denominada “questão social”, até então contida pela truculência policial. No fundo, buscava-se uma estratégia, cientificamente embasada no conhecimento sociológico, para contrapor-se às intensas reivindicações sociais e trabalhistas nos principais centros urbanos do país. A busca por soluções práticas seria enfatizada na aula inaugural, proferida por Roberto Simonsen: “Não é de muito mais imediato interesse para os povos, já sofrivelmente organizados, a solução dos seus problemas de alimentação e de ordem moral de que a discussão escolástica de doutrinas?” (SIMONSEN, 1933, p.11)

Por outro lado, a proposta de criar um estabelecimento universitário público, de elevado nível intelectual, laico, gratuito e destinado à formação de professores para o ensino secundário, a incorporar um centro avançado de pesquisas científicas e uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, vinha sendo propagada por Júlio de Mesquita, nas páginas do influente jornal *O Estado de São Paulo*, propriedade de sua família. Em entrevista à historiadora Sônia Maria de Freitas, reproduzida no livro “Reminiscências”, que trata do surgimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, o professor Antonio Candido de Mello e Souza, aluno de uma das primeiras turmas da FFCL/USP, mencionou a diferença conceitual que marcou a criação da ELSP e da USP:

Esta [ELSP] foi criada pelos empresários, com a intenção de formar pessoal ajustado aos requisitos da modernização, segundo pensamento adaptado à era industrial. Foi iniciativa de um grupo, tipo Federação das Indústrias, como Roberto Simonsen, Ciro Berlink etc. A Universidade, ao que eu saiba, não tem

nada a ver com empresários, nem com grupo empresarial. Ela nasceu realmente de um projeto político de setores esclarecidos da classe dominante, e seu idealizador [...] foi Júlio de Mesquita Filho. Isso foi possível quando o cunhado dele, Armando Salles de Oliveira, se tornou interventor [...]. Tendo os instrumentos políticos nas mãos, os referidos setores esclarecidos das classes dirigentes de São Paulo realizaram o projeto da Universidade [...] Júlio de Mesquita disse, mais de uma vez, que eles desejavam que São Paulo, derrotado pelas armas em 1932, recuperasse a sua força através da cultura. (FREITAS, 1993, p.36)

MÁRIO DE ANDRADE

Em 07 de setembro de 1934, Armando de Sales Oliveira e Fábio Prado, dois nomes tradicionais da elite empresarial e intelectual paulistana, assumiram cargos de relevância política, num momento em que Getúlio Vargas buscava a reaproximação com os paulistas, conforme citou Eduardo Jardim:

Em 1934, a situação política do país passava por uma fase de distensão. O Congresso votou uma nova Constituição, a anistia foi concedida às oposições, inclusive aos revoltosos de 1932, e um paulista e civil - Armando de Sales Oliveira - passou a ocupar o governo de São Paulo. Mário de Andrade tinha amigos no novo grupo no poder [...]. Ainda como interventor, Armando de Sales Oliveira indicou, para a prefeitura da cidade de São Paulo, Fábio Prado, de ilustre família tradicional, que mantinha relações com o grupo modernista. [...] A criação do Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo era parte de um plano bem mais ambicioso. Ele deveria ser ampliado em um órgão estadual e, posteriormente, no caso da vitória de Armando de Sales Oliveira para a presidência da República, se transformaria em um departamento nacional, com sede na capital federal: o Instituto Brasileiro de Cultura. (JARDIM, 2015, p.140)

Em 31 de maio de 1935, o recém empossado prefeito Fábio Prado assinou decreto para criar o Departamento de Cultura e de Recreação da Municipalidade, incorporando algumas unidades já existentes, como o Arquivo Histórico, a Biblioteca Municipal, o Teatro Municipal e o Parque Infantil do Parque Pedro II. A direção do novo departamento coube a Mário de Andrade, fato que possibilitou a integração, na estrutura da administração municipal, de diversos intelectuais comprometidos com as rupturas propostas a partir da Semana de 1922, conforme assinalou Eduardo Jardim Moraes:

Essa mudança de rumos, generalizada em todas as orientações modernistas que já começaram a se esboçar distintamente, indica que a problemática da renovação estética, presente nos anos anteriores, cedia lugar, a partir de 24, a uma

preocupação que, acirrando-se até 1930, se dirigia no sentido de, em primeiro lugar, elaborar uma literatura de caráter nacional, e num segundo momento, de ampliação e radicalização do primeiro, de elaborar um projeto de cultura nacional em sentido amplo. (MORAES, 1978, p.49).

O curto espaço de tempo entre maio de 1935 e maio de 1938, período no qual os modernistas conviveram com a gestão pública, resultou em inúmeras propostas renovadoras nos campos da educação, da arte e da cultura, as quais, mesmo passadas oito décadas, estabeleceram marcos arrojados de iniciativas do poder público, seja pela amplitude do alcance social, seja pela novidade que representaram. Dentre tais propostas, podem-se destacar o arquivo histórico, o museu municipal, a biblioteca circulante, a biblioteca infantil, a discoteca municipal, os parques infantis, as piscinas públicas, os concertos populares, a radioescola, o cinema educativo, o coral municipal, os cursos populares de folclore e diversas iniciativas de preservação do patrimônio histórico.

Mário de Andrade e os modernistas não integraram, oficialmente, o grupo de docentes da FFCL/USP, majoritariamente composto por catedráticos da chamada “missão francesa”, nem da ELSP, entidade onde predominavam os professores oriundos da moderna sociologia norte-americana, com destaque à Universidade de Chicago. Entretanto circulavam, intensamente, pelas três instituições, cujos docentes e discentes reconheciam, nos ideais de 1922, uma espécie de movimento balizador para a compreensão da questão cultural brasileira.

Algumas iniciativas adotadas por Mário de Andrade, como a criação das Sociedades de Etnografia e Folclore e de Sociologia, além do irrestrito apoio fornecido à difusão da produção acadêmica na Revista do Arquivo Municipal, compuseram elementos de agregação e de difusão do elevado nível intelectual da produção científica de São Paulo.

Os efeitos decorrentes da implantação dos inúmeros projetos comandados por Mário de Andrade foram intensos, a ponto de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde, solicitar, ao Departamento de Cultura, a elaboração de um anteprojeto destinado a criar, no organograma federal, uma instância para tratar das políticas de preservação do patrimônio artístico e cultural nacional. Em 1937 o órgão daria origem ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual Iphan). No documento que encaminhou ao governo federal, Mário de Andrade ressaltou a importância da utilização de equipamentos de captação de áudio e de imagem no registro das manifestações da cultura popular:

A parte que inicialmente tem de ser adquirida e é de necessidade imediata, é o aparelhamento de filmes sonoros, fonografia e fotografia. Mesmo o aparelhamento fotográfico pode ser deixado para mais tarde, embora isto não seja aconselhável. A fonografia como a filmagem sonora fazem parte absoluta do tombamento, *pois que são elementos recolhedores*. [...] A fonografia gravando uma canção popular cientificamente ou o filme sonoro gravando tal versão baiana do Bumba-meu-boi, impedem a perda destas criações, que o progresso, o rádio, o cinema estão matando com violenta rapidez” (ANDRADE, 1981, p.53)

Nesse curto, mas instigante momento de livre fruição da inteligência, lamentavelmente interrompido em 10 de novembro de 1937, quando ocorreu o golpe do Estado Novo, Alceu Maynard Araújo aprimorou sua formação intelectual, circulando, concomitantemente, nos três grandes centros promotores do conhecimento, envolvendo-se com temas relacionados aos estudos etnográficos e folclóricos desenvolvidos nas três instituições.

O momento decisivo aconteceu na criação do Departamento de Cultura do Curso de Etnografia e Folclore, direcionado a formar especialistas numa área do conhecimento pouco desenvolvida no Brasil e cuja organização foi entregue à etnóloga francesa Dina Lévi-Strauss. Esse fato, posteriormente, resultou na formação do Clube de Etnografia, do qual participariam professores da ELSP e FFCL/USP. Convidado a proferir a aula inaugural, Mário de Andrade definiu o que considerava prioritário:

Colher, colher cientificamente nossos costumes, nossas tradições populares, nossos caracteres raciais, esta deve ser a palavra de ordem dos nossos estudos etnográficos; e num sentido eminentemente prático vão se orientar os trabalhos deste Curso de Etnografia. (AMOROSO, 2016, p.6)

Participando do cotidiano do Departamento Cultural, Alceu Maynard entendeu ter chegado o momento de colocar, em prática, as considerações que vinha concebendo desde os tempos de instrução em Piramboia, no sentido de utilizar as manifestações da cultura popular como parte integrante de um processo pedagógico renovador e integrador. As brincadeiras tradicionais, o lúdico, as canções, as lendas e os exercícios físicos, adotados regularmente no cotidiano dos parques infantis, resultaram em posturas e atitudes de livre manifestação e de autonomia das crianças. Tal processo originou um inédito conceito de práticas pedagógicas aplicadas à infância, com ampla aceitação por partes dos educandos, bem como de seus pais, os quais eram estimulados ao engajamento ativo, ao lado dos filhos, nos frequentes eventos promovidos nos parques.

Alceu Maynard acreditava que esse procedimento necessitava de um registro fotográfico para difundir as propostas inovadoras, bem como para preservar os resultados dos estudos etnográficos realizados pelas equipes da ELSP e da USP. Embora desde jovem cultivasse o hobby da fotografia, aos poucos, tratou de aperfeiçoar seu conhecimento sobre o registro da imagem estática, incorporando, posteriormente, a arte da cinematografia, a qual passaria a definir seu estilo de ação intelectual e profissional. A qualidade alcançada em seus registros fotográficos despertaria a atenção da direção do Departamento de Cultura, dando origem a álbuns temáticos como *Seis Lendas Amazônicas* (1942); *Clube de Menores Operários* (1943) e *Acampamento Ajuricaba* (1946).

MISSÃO FOLCLÓRICA

O interesse de Alceu Maynard sobre a importância de utilizar a documentação audiovisual deveu-se ao contato que teve com o material recolhido pela Missão de Pesquisa Folclórica, iniciativa organizada e patrocinada pelo Departamento de Cultura, com o propósito de percorrer localidades das regiões Norte e Nordeste do Brasil, registrando manifestações culturais e folclóricas, consideradas em fase de desaparecimento, tal como ressaltou Carlos Augusto Calil:

Mário de Andrade deparava-se com o dilema da modernidade: ao mesmo tempo em que as manifestações populares corriam o risco de desaparecer com a crescente urbanização do país, o avanço tecnológico da época proporcionava meios de capturá-las em discos, fotografias e filmes. (CALIL, 2006, p.11)

A Missão contava com os mais modernos equipamentos disponíveis na época, como o gravador da marca Presto, que permitia registrar o áudio em acetato, câmeras fotográficas Rolleyflex e filmadoras Kodak, que operavam com película em 16 milímetros. O grupo partiu do Porto de Santos em fevereiro de 1938 e retornou a São Paulo em julho do mesmo ano, trazendo, na bagagem, uma extensa coleção de gravações, de aproximadamente 1.500 melodias, mais de 1.000 fotografias, 19 filmes, cerca de 20.000 registros textuais (cadernetas, ilustrações, recortes de jornais, diários de campo, letras de músicas) e mais de mil objetos, como utensílios, imagens sacras e instrumentos musicais. A Missão percorreu cinco cidades em Pernambuco, 18 na Paraíba, duas no Piauí, uma no Ceará, uma no Maranhão e uma no Pará.

Mesmo não tendo integrado a equipe enviada ao Nordeste, Alceu participou da catalogação do amplo e diversificado material recolhido na histórica empreitada. Tratava-se, efetivamente do primeiro projeto multimidiático de resgate da cultura popular nacional realizado no Brasil.

Os ideais da Missão, tais como os do próprio Departamento de Cultura e de seu principal dirigente, foram, laconicamente, abreviados com o golpe que instaurou a ditadura do Estado Novo. Em decorrência perderiam o cargo o governador Armando de Sales Oliveira e o prefeito Fábio Prado, intransigentes fiadores das ideias ousadas desenvolvidas no Departamento Cultural. O novo prefeito indicado pela ditadura varguista, o engenheiro e urbanista Prestes Maia, tecnocrata vocacionado para equacionar as questões urbanísticas e de modernização do sistema viário da capital paulista, exauriu os projetos do Departamento Cultural, pois o considerava uma fonte de desperdício de recursos públicos.

Ciente de sua situação delicada no novo cenário político nacional, por ser notório opositor ao regime ditatorial, Mário de Andrade optou por transferir-se ao Rio de Janeiro, a convite do amigo Anísio Teixeira, que vinha desenvolvendo, na capital federal, uma experiência similar à do Departamento de Cultura. Exilado no Rio de Janeiro, como costumava afirmar, Mário de Andrade aderiu ao projeto inovador da Universidade do Distrito Federal e assumiu o cargo de diretor e professor do Instituto de Artes, além de participar, junto ao Instituto Nacional do Livro, do malogrado projeto de elaboração da Enciclopédia Brasileira. O projeto da UDF sobreviveria até o final de 1939, quando foi, igualmente, extinto por pressões políticas oriundas dos setores mais conservadores da estrutura varguista, que viam, na experiência em curso na UDF, posturas e propostas explicitamente subversivas. Alceu Maynard permaneceu trabalhando no Departamento de Cultura que, mesmo descaracterizado e esvaziado, manteve a catalogação do notável acervo da Missão Folclórica e, motivado pela quantidade e pela qualidade do material ao qual tinha livre acesso, intuiu a necessidade de buscar qualificação acadêmica em relação ao seu objeto de trabalho e estudos, fato que o levaria, em 1941, a iniciar o curso de graduação em Ciências Políticas e Sociais na ELSP.

Desde o primeiro ano letivo, engajou-se nas equipes de campo que participavam dos estudos de comunidades, desenvolvidos na ELSP pelo sociólogo norte-americano Donald Pierson. Em maio de 1965, ao ser empossado na cadeira Diogo Antonio Feijó da Academia Paulista de Letras, proferiu discurso² rememorando a trajetória que o conduziu ao engajamento no universo das Ciências Sociais:

Em 1948, fomos morar longe do meu Largo do Arouche e fomos bater pernas por esse mundo de meu Deus, pelas estradas poeirentas, pelos quatro ventos

² Disponível em : <http://p.download.uol.com.br/alceumaynardaraujo/discurso/discurso.pdf>. Acesso em novembro de 2016.

do nosso Brasil em busca do folclore. Começáramos nossas andanças nos limites do Estado Bandeirante e logo depois elas se estenderam pelo nosso país. Fomos conhecer de perto a nossa gente, os seus costumes, experimentar o sabor de nossas comidas típicas, desde o churrasco ao pirarucu, da carne-de-sol nordestina à paçoca de carne de anta mato-grossense, bebendo café, tomando chimarrão, deliciando-nos com o açaí ou bebericando o refresco das mais deliciosas frutas que Deus colocou na terra – as do Nordeste brasileiro cajá ou caju, mangaba ou maracujá, graviola ou sapoti, abacaxi ou tamarindo. Fomos, no dizer do nosso caipira, bater as sete partidas do mundo. Deixamos o meu querido Largo do Arouche para conhecer o folclore, essa coisa que atraiu literatos, músicos, poetas, enfim um mundo de diletantes, mas que precisava ser encarada como ciência. Para isso preparamo-nos alisando os bancos universitários, porque o folclore é a ciência que estuda a expressão do sentir, do pensar, do agir, do reagir do ser social, do homem na sociedade em que vive, ou melhor seja, de um grupo humano.

DONALD PIERSON

O conceito de Escola Livre, empregado a partir da criação da ELSP, tinha, por inspiração, o modelo pedagógico adotado por instituições de ensino superior norte-americanas, consideradas pragmáticas e liberais, como era o caso das Universidades de Columbia e Chicago, notórias pela utilização, no ensino das Ciências Sociais, de procedimentos empíricos, em contraposição ao academicismo secular europeu.

Descontente com a orientação seguida pela primeira direção da ELSP, que pouco tinha avançado na proposta original da instituição, Roberto Simonson recebeu a indicação do nome de Donald Pierson (1900-1995), sociólogo da Universidade de Chicago, que desenvolvia projetos inovadores de estudos de comunidades e de Ecologia Urbana, em áreas degradadas pelo intenso processo de industrialização.

Pierson **já estivera no Brasil num período de dois anos (1933 a 1934)**. Em Salvador (BA), participou de estudos comparativos sobre as formas de integração do negro na sociedade soteropolitana. No final de 1934 retornou aos Estados Unidos para concluir o doutorado e assumir uma cadeira de Sociologia na Universidade de Chicago, ao lado de seu orientador, Robert Park, renomado Cientista Social que, durante muitos anos, presidiu a American Sociological Society.

Em agosto de 1939, Pierson recebeu o grau de doutor com a tese *A study of racial and cultural adjustment in Bahia, Brazil*, publicada nos Estados Unidos em 1942. A publicação chegou ao Brasil em 1945, com o título *Branços e Pretos na Bahia*. No final de 1939, logo após a conclusão do doutorado, aceitou o

convite da direção da ELSP para integrar o quadro de professores da entidade, passando a responder pela cadeira de Sociologia e pela coordenação de projetos de campo de caráter sociológico e etnográfico, relacionados ao cotidiano da classe trabalhadora paulistana. Também gerenciou, junto ao Departamento de Cultura, pesquisas e levantamentos estatísticos sobre o comércio, a indústria e a profissão na cidade de São Paulo. Dois meses após chegar a São Paulo, entregou seu primeiro relatório, denominado *Recenseamento por Quarteirões*, no qual propunha a adoção de variáveis sociais na definição de espaços a serem recenseados, os quais, até então, estavam limitados a critérios geográficos.

No sentido de ampliar os **vínculos entre os professores da USP, da ELSP e do Departamento** de Cultura, Pierson criou o Seminário de Pesquisas Sociais na Comunidade Paulista, que capacitava docentes e discentes para adaptar e aplicar a metodologia utilizada em Chicago ao contexto paulista. Essa lógica tinha, por sustentação teórica e metodológica, a investigação empírica de caráter etnográfico em relação aos impactos sociais ocasionados pelo processo de urbanização.

Na década de 1940 a ELSP consolidaria o papel de principal instituição acadêmica a disseminar no Brasil, os conceitos sobre ecologia urbana desenvolvidos na Universidade de Chicago, atraindo alunos que, no futuro, iriam constituir uma plêiade de nomes basilares nas Ciências Sociais do Brasil. Dentre eles, podem-se citar Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Juarez Brandão, Oracy Nogueira e Levy Cruz. Caberia a essa geração de pioneiros, a elaboração de importantes relatórios, descritivos da vida cotidiana dos diversos estratos sociais da população paulistana, como *Habitação em São Paulo* (1942); *O estudo da cidade* (1943); *Hábitos alimentares em São Paulo* (1944).

Com o apoio financeiro da Smithsonian Institution, entidade sediada em Washington, Pierson criou o programa de Pós-Graduação da ELSP, organizou uma biblioteca especializada em tópicos relevantes das Ciências Sociais e consolidou, em parceria com o cientista social alemão Emilio Willens, a regularidade na publicação da revista *Sociologia*, da qual foi o mais assíduo colaborador, com cerca de 50 artigos publicados.

De 1941 a 1946, período no qual Alceu Maynard foi aluno da ELSP (Bacharelado em Ciências Políticas em 1944 e Pós-Graduação em Antropologia Social em 1946), teve a oportunidade de integrar várias equipes em diversos estudos de comunidade. Após a conclusão de seu doutorado, exerceu a função de assistente de Donald Pierson, liderando as novas equipes oriundas dos cursos da ELSP.

Em 1952, Donald Pierson deu início ao derradeiro e mais ambicioso projeto de pesquisa que realizou no Brasil, o Projeto do São Francisco, fruto de convênio assinado entre a Escola Livre de Sociologia e Política, a

Comissão do Vale do São Francisco e a Fundação Rockefeller. O trabalho envolveu 22 pesquisadores, entre eles Octavio da Costa Eduardo, Alfonso Trujillo Ferrari, Esdras Borges, Levy Cruz, Fernando Altenfelder e Candido Procópio Ferreira Camargo. Em 1972, quando do lançamento de sua obra “Pentateuco Nordestino”, fruto de sua participação durante os três anos de duração do projeto, Alceu Maynard registrou no prefácio do livro³:

Este estudo teve início em 1951 quando, pela primeira vez, tomamos contato com o Nordeste, fazendo reportagem cinematográfica para a Televisão Tupi, para nosso programa educativo *Veja o Brasil*. Depois, quando assistente do sociólogo Donald Pierson, do Smithsonian Institute e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, estivemos, de 1952 a 1955, no estudo do Vale do São Francisco, morando de 1952 a 1953, ininterruptamente, no baixo São Francisco

“VEJA O BRASIL”: FOLCLORE NA TV

O hábito de registrar, em fotos e filmes, os projetos dos quais participava fez com que Alceu Maynard constituísse um considerável e inédito acervo audiovisual sobre os usos e os costumes de todas as regiões do país. O material, utilizado frequentemente em aulas e palestras, era acolhido, com entusiasmo, pela comunidade acadêmica e pelo público leigo, o qual, pela primeira vez, tinha contato com uma temática praticamente ignorada pelas instituições de ensino e pelos veículos de comunicação.

Em decorrência da repercussão de seus filmes, Alceu Maynard passou a frequentar os pontos de encontro de nomes expressivos do meio fotográfico e cinematográfico paulistano, em especial a filмотeca do Museu de Arte Moderna (MAM), na época instalada na Rua 7 de abril, no centro de São Paulo, num dos andares do edifício sede dos Diários Associados, propriedade de Assis Chateaubriand. A filмотeca do MAM atraía um público diferenciado para seus ciclos de filmes, com destaque para os cinéfilos e cineastas responsáveis pelas tendências contemporâneas da cinematografia nacional, caso dos artistas, dos técnicos e dos diretores da Companhia Cinematográfica Vera Cruz (1949-1954), de jornalistas, de radialistas, de escritores, de críticos e de empresários. Entre tantos personagens, sobressaía um grupo jovem, às voltas com o desafio de arquitetar uma grade regular de programação para a primeira emissora de televisão do Brasil, a TV Tupi de São Paulo (Canal 3), inaugurada em 18 de setembro de 1950.

Constituía esse grupo de produtores e de redatores uma confraria de cinéfilos de carteirinha, alguns com vivência na produção cinematográfica,

³ Disponível em: <http://p.download.uol.com.br/alceumaynardAraujo/obras/pdf/folclore2.pdf>

porém enfrentando inúmeras dificuldades, típicas da novidade que a televisão representava. Um dos vários desafios, talvez o mais problemático, era o de colocar, diariamente, no ar, uma programação totalmente ao vivo, pois, na primeira década de funcionamento da televisão brasileira, não existia ainda uma tecnologia de gravação das imagens televisionadas. O videoteipe só surgiria no Brasil no início da década de 1960 e, mesmo assim, de uso restrito, devido aos elevados custos. Assim a programação limitava-se a poucas horas de transmissão e, na maior parte era preenchida por antigos desenhos animados e filmes de curta metragem cedidos ou alugados pelas distribuidoras localizadas na denominada região da Boca do Lixo, ou em lojas especializadas que possuíam filmoteca para aluguel a clubes, a entidades ou a pessoas abastadas que possuíam projetor de filmes para o lazer doméstico. Tais atividades comerciais constituíam, na época, o embrião das hoje quase extintas locadoras de vídeos.

Quando ocorria alguma falha técnica na transmissão, fato corriqueiro nos primórdios da televisão, um aviso informava ao telespectador que seria necessário aguardar pela solução do problema para que a atração tivesse continuidade. Tal situação poderia prolongar-se por intermináveis minutos, ocasionando desapontamento, não só no telespectador, mas nos denominados televisinhos, parentes e amigos convidados para acompanhar a surpreendente novidade eletrônica, noticiada pela imprensa como a maravilha do século.

No caso da falha técnica ser grave, a emissora, simplesmente saía do ar, retornando apenas na noite seguinte. Caso a suspensão fosse ocasionada por problemas operacionais, do tipo troca de cenário, deslocamento das poucas câmeras para outro estúdio, atraso, ou mesmo não comparecimento de um ou mais artistas, a alternativa consistia em preencher o tempo com desenhos animados e documentários. Ocorre que havia pouca oferta no mercado de aluguel e os filmes, geralmente, possuíam qualidade deplorável, já que eram exibidos continuamente e projetados por equipamentos antigos, redundando em quebras, em emendas precárias, em supressão de cenas, além de inúmeras ranhuras. Não bastasse a precária qualidade, os filmes eram formatados para exibição em salas de cinema e, por essa razão, continham legendas. Na época, os televisores disponíveis no mercado possuíam, no máximo, 21 polegadas, fato que tornava a leitura das legendas uma temeridade para quem estivesse aquém de dois metros do monitor. A tecnologia de dublagem, tal como no caso do videoteipe, demoraria mais de uma década para chegar à televisão brasileira e, mesmo assim, ficava restrita a poucos filmes, anunciados em dias e horários exclusivos.

A utilização dos filmes de Alceu Maynard, produzidos em 16mm e com duração de, no máximo, cinco minutos, surgiram como uma oportunidade

de baixo custo e de exclusividade para a TV Tupi. Além disso, tornavam-se convenientes para os objetivos do folclorista, que batalhava para disseminar para o grande público sua produção sobre a cultura, as cidades e o folclore nacional. De quebra, perpetrava-se um astuto gesto de agrado ao antológico Assis Chateaubriand, personagem polêmico na história da mídia brasileira. Chatô defendia, ferrenhamente, em seus veículos de comunicação a preservação dos usos e dos costumes nacionais, em especial aqueles referentes aos grupos indígenas, a ponto de batizar suas inúmeras emissoras, espalhadas por todo território nacional, como Tupi, Tupã, Marajoara, Itapuã e apelidar seu condomínio “Diários Associados”, nome oficial de seu império midiático, como “Taba Associada”.

Desse modo, a até então excêntrica expressão *folclore* passou a compor, regularmente, a grade de programação da TV Tupi, a partir dos primeiros dias de transmissão. Em 11 de outubro de 1950, o jornal “Diário de São Paulo” noticiava a grade de programação que tinha início às 20h00, incluindo, entre as seis atrações da noite, o programa Folclore na TV, definido pelo periódico como: “programa cultural com apresentação do professor Alceu Maynard Araújo”. Na edição de 22 de dezembro 1950, o mesmo jornal mencionava o definitivo título do programa:

A PFR3-TV, estação de televisão das Emissoras Associadas de São Paulo, cumprindo sua função educacional, está apresentando, no intervalo de suas programações, interessantes vídeos com assuntos nacionais, texto original do prof. Alceu Maynard Araújo. “Veja o Brasil” é o título desses complementos da programação diária da emissora de televisão da Tupi-Difusora, que vem merecendo as mais lisonjeiras referências do grande público.

A parceria entre Alceu Maynard e Donald Pierson continuou intensa até o período quando o sociólogo norte-americano desenvolveu o projeto Vale do São Francisco. Alceu, além de chefiar as equipes de campo, aproveitou a oportunidade para registrar, em película cinematográfica, aspectos importantes do projeto que seriam exibidos na TV Tupi. Em 04 de agosto de 1953, o “Diário de S. Paulo” noticiou:

Nosso companheiro da TV-3, Alceu de Maynard Araújo, produtor do programa “Veja o Brasil”, acaba de regressar do Nordeste brasileiro. Passou suas férias às margens do Rio São Francisco, na cidade de Piaçabuçu, onde realizou um estudo sociológico para a Escola de Sociologia e Política, a convite do eminente sociólogo Donald Pierson. Além de chefiar uma equipe de pesquisadores sociais, Alceu achou tempo para cinematografar assuntos de grande interesse sociológico, que, dentro em breve, estarão na TV Tupi.

Na introdução de “Folclore Nacional”, sua obra mais referenciada e publicada em três volumes pela Editora Melhoramentos em 1964, Alceu Maynard registrou:

Em nossos estudos sobre as danças folclóricas brasileiras contamos com o valioso auxílio da cinegrafia. Nesta última década, ao captarmos as imagens em nossa câmara cinematográfica para o programa que mantemos na televisão pioneira da América Latina intitulado “Veja o Brasil”, pudemos amealhar um conhecimento melhor sobre as danças brasileiras que pelos cantos cardeais do país temos registrado. Sendo a dança movimento, nada melhor do que a cinegrafia como instrumento de trabalho para a sua recolta. Para nós a coreologia é um ramo da antropologia, daí o nosso interesse pelas danças folclóricas. (ARAÚJO, 1964.p.12)

O *Cruzeiro*, revista semanal dos “Diários Associados”, presente em todo o Brasil e em países vizinhos, publicou, na edição de 19 de dezembro de 1953, ampla reportagem tratando do sucesso do “Veja o Brasil”, programa que vinha sendo exibido pela TV Tupi por mais de três anos:

Às 19h45 das segundas-feiras televisa a Tupi de São Paulo um programa empolgante: são os apanhados de um Brasil bem brasileiro, sem que os embrume manto algum de fantasia, genuinamente puro em seu pitoresco, miséria e poesia. “Veja o Brasil” é o nome do programa; o Brasil das mulheres rendeiras, das águas que impelem a Usina de São Francisco; dos fumadores de maconha de Mataripe, dos dançadores de Moçambique ou cateretê; o Brasil do passado, das bandeiras, das monções; Brasil do presente, nas igrejas e feitiços da Bahia, nos dramas dos seringais. O dono desse programa belo e educativo e seu produtor cinematográfico é Alceu Maynard Araújo [...] o “Professor” (de Educação Física, de Sociologia, de Antropologia Cultural); na cabeça, o chapelão de uricuri, palmeira do Nordeste, a câmera a tiracolo, apanha a vida humilde e escondida ao sabor das aventureiras andanças [...]. Fixa jangadas de Fortaleza, Recife das pontes, o agreste paraibano, Vitalino e suas calungas, Paulo Afonso, o São Francisco, Bahia de dois andares. E desfila o Brasil, sobretudo pelo seu folclore, nos pés nus dos que pisam a terra de Cabral.

Mário Fannuchi, um dos primeiros funcionários da TV Tupi, comentou, em seu livro *Nossa Próxima Atração*, a importância dos filmes de Alceu Maynard nos primeiros dias da emissora:

Sempre que havia qualquer dificuldade, como por exemplo, uma câmera de repente ficar sem imagem, o único recurso era prolongar o interprograma até que o problema fosse resolvido. E uma das tábuas de salvação do diretor de tevê era pôr, no ar, um filme da série “Veja o Brasil”. [...] Alceu viu, na televisão nascente, um meio capaz de divulgar, com eficiência, as tradições do povo: artes e técnicas populares, ritos, música, recreação, danças, festas e lendas que o Brasil possui em grande número e com enorme variedade de norte a sul. Apresentou seu projeto a Assis Chateaubriand, que lhe deu sinal verde. Alceu fazia quase tudo sozinho: selecionava o assunto, estabelecia contato com os participantes, dirigia a filmagem, escrevia o texto, gravava os comentários e orientava a montagem do filme em 16mm. [...] Ao documentar a manifestação popular, fosse ela um bailado, um cântico ou uma declaração, o filme tinha no som [...] um fator de grande importância, uma vez que, para a maioria dos telespectadores, trazia, com toda a autenticidade, uma informação inteiramente nova ou relembrava coisas da infância, “causos” e expressões há muito esquecidas. (FANUCCHI, 1996, pp.142 a 146)

Pesquisando as colunas informativas da programação da TV Tupi, publicadas nos principais jornais paulistanos, a partir de setembro de 1950, constatou-se que a última menção ao “Veja o Brasil”, na grade da TV Tupi, ocorreu numa sexta-feira, 21 de abril de 1961. Após essa data a veiculação do programa, por mais de uma década, migrou para a TV Cultura, a segunda emissora de Assis Chateaubriand em São Paulo, com o título “Viagem e Folclore”. Permaneceria assim, semanalmente, até 11 de setembro de 1963, quando uma reformulação na grade da emissora deu, por encerrada, a trajetória do programa, após 13 anos ininterruptos.

Além da Escola de Sociologia e Política, na qual viria a exercer o cargo de Diretor Geral, Alceu Maynard Araújo foi professor na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas).

Faleceu em 1974, deixando, viúva, a professora Cecília Macedo Maynard de Araújo, além dos filhos Marcos, Ricardo e Suzana.

REFERÊNCIAS

AMOROSO, Marta. **Os sentidos da etnografia em Câmara Cascudo e Mário de Andrade**. São Paulo: Global, 2010.

ANDRADE Mário de. **Cartas de Trabalho**. Brasília: MEC/SPHAN, 1981.

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore Nacional: danças, recreação, música**. Vol.2. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

CALIL, Carlos Augusto. Viagem Pessoal e Missão Institucional. In: **Mario de Andrade - Missão de Pesquisas Folclóricas**. São Paulo: SESC; Prefeitura Municipal de São Paulo; Centro Cultural São Paulo, 2006.

CALIL, C.A.; PENTEADO, F.R. **Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de Cultura**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2015

FANUCCHI, Mário. **Nossa Próxima Atração: o interprograma no Canal 3**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

FREITAS, Sônia Maria. **Reminiscências**. São Paulo, Editora Maltese, 1993.

JARDIM, Eduardo. **Mario de Andrade: Eu sou trezentos: vida e obra**. Rio de Janeiro. Edições de Janeiro, 2015.

MORAES, Eduardo Jardim. **A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Donald Pierson e a Sociologia Brasileira**. BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n.23. ANPOCS, 1987.

PIERSON, Donald. **Branços e Pretos na Bahia: estudo de contacto racial**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1945.

SIMONSEN, Roberto. **Rumo à verdade**. São Paulo. São Paulo Editora, 1933.